

A indecisão da política nas novas emergências

The irresolution of policy at the new emergencies

Nelson Corrêa VIANA¹

Maria de Sousa RODRIGUES²

Resumo: As manifestações de junho de 2013 foram marcos importantes como mobilização de massas. Surpreendeu políticos e analistas de todos os matizes, e obrigou a Política a cair em si. Aqui, tratamos da política como instrumento de manutenção das emergências sociais, que nestes tempos de mudanças exigem novas formas de pensar e fazer o Estado. Numa democracia representativa como a nossa, os valores estão em xeque, e a ativação da capacidade política para enfrentamento dos problemas sociais, de forma direta, expõe o alto preço a ser pago pelos políticos nesse modo de acumulação rentista. Mas, poucos líderes se deram conta de discutir as mudanças que estão ocorrendo com o seu povo. A movimentação das ruas como massa gelatinosa nas democracias representativas, sem representações reais, expressam as periferias do silêncio da hipocrisia política.

Palavras-chave: Política. Políticas Públicas. Política Social. Emergências Sociais.

Abstract: The events of June 2013 were important marks such as mass mobilization. It surprised analysts and politicians of all shades, and forced the policy back to its senses. Here, we treat the policy as an instrument for maintaining social emergencies that in these changing times require new ways of think and do the State. In a representative democracy like ours, the values are in doubt and the activation of political capacity to directly confront social problems exposes the high price to be paid by the politicians in this rentist accumulation mode. Nevertheless, few leaders realized to discuss the changes happening to his people. The movement in the streets as gelatinous mass in representative democracies without real representations express the peripheries of the silence of political hypocrisy.

Keywords: Polity. Public Politics. Social Policy. Social Emergencies.

Submetido em: 12/09/2013. Reformulado em: 04/02/2014. Aceito em: 19/02/2014.

¹ Administrador e servidor público do Estado de Mato Grosso (MT, Brasil). Mestrando em Política Social pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT, Brasil). E-mail: <nelsoncviana@gmail.com >.

² Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS, Brasil). Docente na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT, Brasil). E-mail: <rtmirodrigues@gmail.com >.

Introdução³

As manifestações ocorridas em junho de 2013 foram marcadas pela mobilização das massas, que surpreendeu políticos e analistas de todos os matizes. Os homens vivos em sua ação como seres reais obrigam a Política⁴ a cair em si. O governo, os partidos, os políticos, os sindicatos, todos percebem que o povo pede para avançar, mas avançar

³ A produção deste texto foi enriquecida com as intervenções dos pareceristas *Ad Hoc* e revisora, cujas sugestões foram acatadas na sua maioria no sentido de aclarar termos, corrigir posições temáticas, reposicionar categorias, incluir informações e rever conceitos. Sem conhecê-los, agradeço pelas indicações de correção, o que enriqueceu o texto originalmente concebido.

⁴ A separação conceitual entre o *econômico* e o *político* atendeu às expectativas ideológicas do capitalismo e esvaziou-o do conteúdo político e social. No entanto, a vida social sob o capitalismo aparece imbricada pelas esferas econômica e política, pela sua condição histórica e esse é um problema teórico que se põe também como prático. É nesse sentido que valorizamos o termo Política como indutor das relações sociais e que para Marx, “[...] o segredo último da produção capitalista é *político*” (WOOD, 2011, p. 27-8, grifo no original), ou seja, só tem sentido o *político* se estiver amparado pelo *econômico* que dá o poder de governar. Dialogamos neste texto com o sentido de Estado como um ser superior, pois “[...] o Estado jamais encontrará no ‘Estado e na organização da sociedade’ o fundamento dos males sociais [...] Onde há partidos políticos, cada um encontra o fundamento de qualquer mal no fato de que não ele, mas o seu partido adversário, acha-se ao leme do Estado. [...] os Estados procuram a causa em deficiências acidentais ou intencionais da administração e, por isso, o remédio para seus males em medidas administrativas” (MARX, 2010, p. 58-9), na medida que nada resolve em virtude da sua característica contraditória.

mais rápido, reformando os processos de sociabilidade⁵ política. Movimentos sem lideranças explícitas, porém com sentido de organização, apesar da fluidez das bandeiras defendidas, as mais variadas. As reformas sociais e políticas foram reclamadas com urgência.

Aqui vamos discutir a Política como um instrumento de manutenção das emergências nas Políticas Públicas brasileiras,

⁵ A “[...] perspectiva que abona o trabalho como campo de luta, possibilidade de interação, sociabilidade e subjetividade, no século XX, sobretudo a partir da década de setenta, é bastante discutida e problematizada à medida que ocorrem muitas metamorfoses no mundo do trabalho em decorrência de inúmeras mudanças. Essas alterações decorrem da reestruturação produtiva, o Toyotismo, da derrocada do Socialismo real, da revolução tecnológica da microeletrônica, do capital móvel em busca de trabalhadores menos politizados e acabam por afetar diretamente a classe trabalhadora, enfraquecendo-a” (FANINI, 2012, p. 48). A ‘sociabilidade’ aqui enfatiza a noção de uma classe trabalhadora que perdeu a prioridade no enfrentamento contra o grande capital. O ambiente difuso se estabeleceu quando, apesar dos muitos discursos negando a centralidade do trabalho, muitos outros, na atualidade o reforçam na prática para impor novas formas de expropriação na sociabilização produtiva do capitalismo. Por exemplo: numa sociedade em que o consumo é elevado a certa centralidade, impõe reconhecer que sem o trabalho não pode existir o ‘consumo’, porém a percepção alienada desse processo parece ter um limite. Com isso, socialmente o conflito fica estabelecido, pois a sociedade em geral perde a noção utópica necessária para a ‘sociabilidade’ como um conjunto que mesmo diante de conflitos, os superam, com base nas instituições estabelecidas historicamente.

no projeto de nação e de povo, e que no fundo, sendo a Política instrumento de decisão, tem se caracterizado como espaços de indecisão. As novas marcas dessas emergências resultam em questionamento dos limites e problemas da democracia representativa. Um novo sistema político, com mais transparência, maior renovação de ideias e contato com o povo, isto é, mais fluido e acessível à participação popular, são necessidades urgentes. Contudo, o poder governamental, político, não consegue dar resposta e se encarcera nos limites da burocracia encampada. Questões como clientelismo, paternalismo, mandonismo e corrupção se destacam como feridas sociais a serem curadas.

A nova identidade da consciência coletiva, a juventude nacional apoiada pelos calados dos últimos 20 anos, não concorda com os remendos na velha forma de governar, nem com os artifícios utilizados para essa governabilidade. A fragilidade das representações foi exposta, e no imaginário coletivo trouxe a figura do Exército como guardião e repositor de esperanças desesperadas. Anseios de fechamento das instituições democráticas, para dar um basta nas atuais formas comprometidas. Exageros do clamor. E na inconsciência coletiva adquire-se a consciência de que os representantes não representam e outras formas de conexão são necessárias num contexto democrático como novas possibilidades sociodialógicas. A democracia sugere um ambiente de conflitos, de dissenso.

Esses tempos de exigências de mudanças também expõem as caricaturas das for-

mas de pensamento político e ampliam a necessidade de novos modos de pensar o Estado e suas aparições burocráticas, dando forma aos governos para atendimento à urgência dos apelos populares. O aparelho estatal, pelo seu gigantismo, não consegue dar resposta na mesma velocidade em que são exigidas as mediações.

A reativação da capacidade política de enfrentamento dos problemas, de forma direta, tem um preço alto para as formas peculiares do *bonapartismo* republicano. Nesse sentido, partimos do observado, do imediato, das ocorrências simples e de baixo para cima, tentando desvelar a riqueza escondida sob o manto da pobreza do cotidiano no mediato, segundo Henri Lefévre, uma espécie de periferia sigilosa⁶ da cidadania. Em relação à pobreza, não significa dizer pobreza econômica, mas uma pobreza de conceitos, da insignificância da própria vida, sob os signos da violência física e psicológica do cotidiano, do desprezo formatado nos escaninhos burocráticos dos serviços públicos. Prontos para atenderem com *eficiência* os

⁶ Não nos lembramos de ter lido em algum lugar sobre o contexto de *periferia sigilosa da cidadania* que aqui tem o sentido de organizar a reflexão em torno da ideia de estar distante do conceito de cidadania plena e sigilosa, num sentido em que os políticos desconhecem os seus eleitores, ou seja, a nossa democracia é uma democracia apenas do voto que legitima o poder, mas insiste em desconhecer o poder dos que votam dando-lhes a voz e a vez, transmitindo a sensação de falácia quando se afirma que “o poder emana do povo”. Os eleitores transformam-se em mera massa de manobra nos períodos eleitorais e não cidadãos componentes de uma nação num processo de constante institucionalização, que é intencionalmente postergada.

interesses privados, a burocracia, no entanto, dificulta o trânsito quando se trata de proposições de solução para dívidas sociais, e o público transborda-se em *ineficiência*.

Resulta disso o desafio de entender os aspectos da sociabilidade pelas vias da seguridade social num contexto ampliado, numa espécie de distribuição da riqueza social e de superação da desigualdade social. Como evidências, implicações e aplicações, os movimentos de rua sem pauta definida ressurgiram com agenda cheia exigindo aplicações, isto é, não omissões efetivas nas políticas públicas pelos governantes.

Nosso propósito aqui se pauta nas emergências para compreender por que temos dificuldades em efetivar a agenda social, pois se trata de emergência reflexa, originada por rupturas da cidadania e dos princípios democráticos. A sociabilidade está perturbada no seu *moto* próprio de realização como nação justa e solidária, não egoísta. Duvidamos, porém, que o equilíbrio ocorra sob esse modo de socialização capitalista como organizador de uma ética superior.

1 A política em análise: democracia delegativa ou representativa?

No campo de investigação da Ciência Política, a análise dos estilos políticos implica reconhecer as consequências das democracias delegativas (O'DONNELL, 1991), sob as nuances de regimes neopatrimonialistas debaixo do espectro de modernidades múltiplas (EISENSTADT, 2001). Desse modo, convivem institui-

ções democráticas frágeis protegidas por comportamentos político-administrativos modernos e tradicionais (FREY, 2000, p. 213).

A literatura da Ciência Política sobre *policy analysis* diferencia três dimensões da Política, e para ilustração dessas dimensões tem-se adotado o emprego dos conceitos em inglês de *polity* para denominar as instituições políticas, *politics* para os processos políticos e *policy* para os conteúdos da política.

Nesse sentido, a dimensão institucional *polity* se refere à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo, enquanto a dimensão processual *politics* considera o processo político, frequentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição; por fim, a dimensão material *policy* refere-se aos conteúdos concretos, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas.

Essa diferenciação teórica de aspectos peculiares da política fornece categorias que podem se evidenciar proveitosas na estruturação de projetos de pesquisa, sem deixar de observar que no cotidiano da política essas dimensões são entrelaçadas e se influenciam mutuamente. A ordem política concreta se efetiva como política material por meio de estratégias políticas de conflito e de consenso (FREY, 2000, p. 216-17).

Considerando estes aspectos sobre a polissemia do verbete Política, para O'Donnell (1991, p. 26) as teorias e tipologias sobre as democracias existentes referem-se a democracias representativas, assim como praticadas nos países capitalistas tidos como desenvolvidos. No entanto, democracias como Argentina, Brasil, Peru, Equador e Bolívia, assim como as Filipinas, a Coreia do Sul e a Polônia se situavam como democráticas por cumprirem os critérios poliárquicos de Robert Dahl, contudo essas democracias, àquela época, nas suas avaliações não pareciam representativas, porém desenhavam um rol de características que poderiam ser chamadas de democracias delegativas. Estas democracias

[...] não são democracias consolidadas ou institucionalizadas, mas podem ser duradouras. Na maioria dos casos não se vislumbram ameaças iminentes de uma regressão autoritária aberta, mas tampouco se vislumbram avanços em direção a uma representatividade institucionalizada (O'DONNELL, 1991, p. 26).

Esta situação parece inserir-se nas condições do país no atual momento, mesmo com um trabalho realizado nos anos de 1990, em que a discussão das ruas estampa a questão da não representatividade com exigência das delegações outorgadas. Essa outorga, de necessária revisão, tem esse efeito interativo, pois a crise social e econômica que a maioria dos países herdou de seus antecessores autoritários, seguidos de processos democratizantes reticentes, multiplicou-se de maneira injusta com aprofundamento das desigualdades, e por consequência, certas concepções e práticas que não foram alteradas

conduzindo-se na direção da democracia delegativa e não da representativa (O'DONNELL, 1991, p. 26).

A sociedade civil brasileira alterou-se na sua conjuntura essencial. Os anos de aprendizado da liberdade individual e coletiva fizeram com que o povo brasileiro, que parecia dormir, elevasse a voz, uma voz dos educados num caráter multicultural que foi substanciado num projeto transformador de sociedade. Ao longo dos últimos 20 anos, de certo modo, as classes populares se emanciparam, e juntam-se ao grito de todos para atendimento de novas velhas necessidades de igualdade, progresso para todos e justiça social numa sociedade mais humana, menos exploradora (CONGRESSO NACIONAL DA CNTE, 2008, p. 15).

A transição democrática, para O'Donnell (1991), era o elemento decisivo para determinação dos resultados, ou seja, o fracasso ou o sucesso das instituições democráticas para se tornarem os pilares decisórios no fluxo do poder político. Porém, tal resultado seria condicionado pelas políticas públicas e estratégias políticas dos vários agentes que incorporaram o reconhecimento de um interesse⁷ superior

⁷ Em virtude da polissemia da palavra interesse, tentamos "carregá-la" do seu sentido original, que é de pertencimento, pois mostra a intimidade de relações entre pessoas e coisas, sempre as subordinando, produzindo as condições de aquisição de poderes, direitos, vantagens, faculdades e prerrogativas, e, em geral, é concebido como utilidade econômica, porém pode fundar-se em vantagens de ordem moral (SILVA, 2005, p. 759). Nesse texto, o proveito, a utilidade, a conveniência, a vantagem, econômica e moral do

comum na tarefa de construção institucional democrática. Foi mais além e informava naquele momento que

[...] os casos contemporâneos bem sucedidos mostraram grande cuidado, por parte de uma coalizão suficientemente poderosa de líderes políticos, em avançar para a criação e o fortalecimento de instituições políticas democráticas e, em menor medida, de representação de interesses (O'DONNELL, 1991, p. 26).

No Brasil, vivemos com um corte profundo entre os interesses da sociedade e os dos candidatos a representarem os interesses da nação. Nem os partidos políticos ditos operários foram capazes de elaborar alternativas viáveis por estarem centrados na dimensão política sob o capital, permanecendo dependentes do objeto de negação, ou seja, não é possível ter a função de negação dos interesses econômicos, sendo estes necessários para adquirir a função representativa (MÉSZÁROS, 2012, p. 102). O projeto de nação degradou-se em projeto de poder.

Esse antagonismo se dá numa dimensão vital dos partidos políticos e que estes não são capazes de suprir, apesar de serem comandos políticos, e que para Mézáros (2012, p. 102. O grifo do original) funciona como *“regulador do metabolismo social do processo de reprodução material que determina não somente a dimensão política, mas também outras coisas além dela”*.

modo burguês de produção fazem parte do contexto.

Uma das preocupações em qualquer regime de governo, mas, em especial, nas democracias são as instituições, pois devem funcionar regularmente e harmonizadas entre si, nos contrapesos do poder, nem mais nem menos. De acordo com O'Donnell (1991, p. 27), as “[...] instituições são padrões regularizados de interação que são conhecidos, praticados e aceitos”, e nessa rede de instituições formais constitucionalizadas, incluindo o Congresso, o Judiciário e os partidos políticos, abstraída a condição de partido único que não pertence à lógica democrática, urge que estas instituições restitua o poder delegado em representações reais, materializadas em bem-estar geral. Aliás, a harmonia entre os poderes não sugere a inexistência de conflito entre os governantes, mas a harmonia pela supressão do mal-estar social que o governo de um povo tem o dever moral de eliminar.

As eleições limpas repercutem nas representações. Eleição limpa ressignifica nova abordagem de captura da vontade do eleitor nas delegações anônimas, mas direcionadas para a manutenção dessa ou daquela estrutura de poder e reflita nos fluxos de decisão, nas necessidades a serem suprimidas e, por questão principiológica, não consinta com o retrocesso social. Nesse caso, as instituições têm dado as respostas à sociedade por meio de políticas públicas? A essa questão, emendamos outra de O'Donnell (1991, p. 27), “[...] se não [...], quais as consequências para o processo político geral?”.

A resposta pode se dar no campo da representatividade nula ou quase anulada

pela busca antecipada dos interesses particulares em relação aos interesses primordiais, isto é, os interesses para a diminuição da desigualdade social com a utilização da estrutura estatal. Já vimos que existe certo antagonismo nessa proposta e que os partidos se imbricam em dupla armadilha: buscam representar para eliminar as desigualdades, mas somente podem representar se possuem autonomia, porém, não a possuem. São relevantes para o processo de legitimação do Estado, mas irrelevantes para os negócios privados. Como os interesses próprios são mais fortes, aliam-se ao poder econômico e mantêm-se no poder, apenas representando a si mesmos por meio dos votos inominados, em que as instituições os incorporam e depois os excluem, anulando sua voz.

Habermas (1995), ao formular a teoria da democracia deliberativa, explica que a democracia incorre em fragilidade e riscos quando se restringe a apenas um sistema de seleção de governantes, em que a participação dos cidadãos na política se limita ao momento do voto. O caso brasileiro é bastante sugestivo para essa hipótese, embora teoricamente seja tido como democracia representativa. As decisões políticas do Estado não podem distanciar-se das demandas originadas do mundo da vida, que é constituído pela sociedade civil e, por isso, em sua concepção de democracia, o autor concede lugar de centralidade ao processo discursivo de conformação das opiniões dos cidadãos (SILVA, 2009, p. 798).

Para O'Donnell (1991, p. 29), "Os líderes e representantes institucionais passa[m] a esperar uns dos outros comportamentos incluídos num escopo relativamente estreito de possibilidades, por parte de um conjunto de atores que eles esperam encontrar de novo na rodada seguinte de interações". Espera-se das relações institucionalizadas o pensar na sociedade, porém, nessas interações, as discussões servem apenas para legitimar o gerundismo nas falas oficiais com barganhas facilitadas e compensações de *trade-offs*.

A partir de 1789, o direito divino dos reis foi substituído pela soberania popular devido à impossibilidade de uma democracia direta e a ojeriza ao absolutismo monárquico para criação de um governo livre, lançando as bases constitucionais do regime representativo. A soberania reside na nação, e nenhum indivíduo ou grupo poderia exercer qualquer autoridade que não fosse diretamente dada pela nação, conforme o art. 3º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

Porém, no art. 2º do preâmbulo do título III da Constituição Francesa de 1791, os constituintes estatuíram que: "A nação, de onde exclusivamente emanam todos os poderes, não os pode exercer senão por delegação. A Constituição francesa é representativa: os representantes são o corpo legislativo e o rei" (AZAMBUJA, 2008, p. 277). Essa a origem que fundamenta o regime democrático, isto é, num regime representativo o povo se governa por meio dos seus eleitos, em oposição ao despotismo por completo, regime no qual o povo não exerce influência sobre seus

governantes. Porém, na democracia representativa

[...] implica [...] certa solidariedade e harmonia entre eleitos e eleitores; aqueles o são por um tempo limitado, tem de comparecer, com intervalos reduzidos, ante seus eleitores, e destes não obterão a reeleição se não se mantiveram de acordo com suas opiniões e fieis aos compromissos assumidos. Enfim, o regime representativo supõe, de parte das assembleias eletivas, uma influência poderosa na direção do país, porque fazem as leis, e porque estão associadas aos atos mais importantes de governo, os quais geralmente dependem de sua aprovação (AZAMBUJA, 2008, p. 277).

Os movimentos de junho de 2013 ressaltaram a não representatividade e a desconfiança em relação aos eleitos, hierarcas do Estado, que por meio de artifícios dificultam o acesso do povo ao poder, ou seja, o povo é o poder, mas não pode ter acesso a ele. O Estado policialesco e coativo confirmou-se na perspectiva teórica da práxis. O processo de confiança foi quebrado pelas manifestações de rua e a representação que os eleitos fazem de si mesmos num sistema eleitoral construído para a permanência, independente da vontade da maioria, repercute e confronta a tese de que “[...] o governo de representantes eleitos pelo corpo dos cidadãos supõe sempre, na nação, uma personalidade superior e diversa da dos indivíduos”, segundo Azambuja (2008, p. 278).

A nação como personalidade superior se apresenta com singularidades políticas confirmatórias dessa superioridade pelas vias do voto, e o povo vê como representação em todos os escalões do governo os seus delegados, para em cada recanto,

desde as pequenas municipalidades até a mais alta cúpula, administrem os bens públicos. Porém, assim que eleitos, os representantes infirmam a delegação, e os bens de todos, da nação, são direcionados para os interesses mesquinhos, corrompendo e sendo corrompidos pelo poder e as benesses do capital. A cidadania se recompõe nas ruas. Quanto mais reforçada estiver, menor a margem de manobra das elites dirigentes, pois quando a arena política se desloca dos gabinetes e programas de debates especializados para as ruas com um movimento retroalimentado pelas novas mídias, legitimam-se as condições para um referendo revogatório dos mandatos eletivos em novos estágios da democracia (ROCHA, 2013, p. 1).

A manifestação fora dos canais tradicionais, os partidos e sindicatos implica cobrança de soberania política. A discussão se dá também em relação à monopolização do poder por partidos burocratizados, que não respondem ao crescimento econômico, que sufoca a vida nas cidades, materializada na indignidade do transporte público e o furto do tempo de cada um nos engarrafamentos das grandes cidades. Desse modo, a ideologia do crescimento do bolo para divisão é página virada, desmistificada que foi pelo tempo e persistência da desigualdade social. A indefinição das pautas nos protestos não é um problema dos movimentos, é a clara distinção de que além dos cidadãos passarem pelos enormes problemas urbanos, não se pode exigir-lhes um trabalho que seria dos burocratas indolentes responsáveis pelos danos sociais, pela “[...] bagunça nos serviços” (CASTELS, 2013, p. 1).

O que está por detrás dos protestos é “[...] o ultraje causado pela desatenção dos políticos e burocratas do governo pelos problemas e desejos de seus cidadãos, que os elegem e pagam os seus salários. O principal é que milhares de cidadãos se sentem fortalecidos agora” (CASTELS, 2013, p. 1). E mais ainda, “[...] a maior parte dos cidadãos do mundo não se sente representada por seu governo e parlamento. Partidos são universalmente desprezados pela maioria das pessoas [...] Democracia não é só votar de quatro em quatro anos nas bases de uma lei eleitoral trapaceira”, comenta Castels (2013, p. 2) sobre a crise que assola a democracia representativa.

O custo da operação de resgate da cidadania se traduz em emergência social que grita pelas ruas afora, com violência entranhada. Ou seja, recai no que Hauriou, ao estudar as questões da representação (AZAMBUJA, 2008, p. 288), assinala que o eleitorado dá ao eleito sua confiança e o regime representativo tem como condição única ser uma “organização da confiança”. As massas sentem-se traída.

2 A prática da governabilidade

A *estadania*⁸ exerce influência sobre os processos burocráticos, ou seja, a institucionalização do poder político em seus

⁸ Refere-se ao termo utilizado por Carvalho (1987, p. 55) quando informa que “[...] na posição de Vinhaes que buscava organizar a ação operária através de partidos, de movimentos grevistas e da ação parlamentar vamos encontrar novamente a *estadania* se misturando à cidadania, se não a sobrepujando [...]”.

arranjos aloca os burocratas a seu serviço, portanto, eles são submetidos ao poder político e não o inverso. No entanto, a questão econômica e social e suas intrincadas determinações pelo próprio processo histórico influenciam as relações políticas e complementam lacunas de poder surgindo intensas lutas no seio do corpo estatal pelo poderio e interesses de governar com as condições de governabilidade do Estado, não sem antes submeter todos os interesses aos próprios interesses.

Governar se define pela ênfase dos aspectos dinâmicos do exercício da autoridade por meio das instituições em dimensões operacionais como o regime político, capacidade financeira, técnica e *gerencial* do Estado. Governar inclui ainda variáveis como transparência, estabilidade política e marcos regulatórios. Já a governabilidade não se circunscreve à questão institucional, mas infiltra-se pelos amplos vazios e não vazios da democracia explorando sua capacidade resolutive. Num plano mais imediato, diz respeito aos imperativos econômicos e à produção de bens públicos com a intenção de redução da desigualdade e eliminação da pobreza numa sociedade com múltiplos interesses (ARAÚJO, 2005, p. 54, 61).

Governar um Estado de acordo com o debate público internacional introduzido pelo Banco Mundial tem um caráter prescritivo: o governante deve ser um gerente da coisa pública. Outras agências multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional, legitimam essas orientações. Trata-se de análises sobre governabilidade e suas crises ligadas às condições de sus-

tentação das políticas de ajuste em contextos democráticos, e a noção de bom governo está associada à capacidade governativa. Para esses órgãos multilaterais, tornou-se requisito inegociável para a incorporação do crescimento econômico a equidade social e os direitos humanos. O viés normativo implícito associa esses pré-requisitos do bom governo à democracia, e desse modo, garantida a retomada do crescimento econômico, com a ajuda dessas agências, o desenvolvimento de instituições democráticas e a equidade social seriam uma consequência (GRANJA, 2008, p. 6), fundamental para a expropriação consentida, sob os fundamentos da representatividade.

Nesse contexto, o Estado é

[...] a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de um período, segue-se que todas as instituições comuns são mediadas pelo Estado e dele adquirem uma forma política. Daí a ilusão de que a lei se baseia na vontade e, mais ainda, na vontade livre, destacada da base real. Do mesmo modo, o direito é reduzido, por seu turno, à lei (MARX; ENGELS, 2005, p. 98).

Nas suas dimensões públicas, com abstração da dimensão privada, em que se permitem esboços de democracia, o Estado pode ser considerado como um espaço de luta intransigente e desigual por interesses públicos e privados e que se cruzam por todo o sistema político numa busca da hegemonia de opiniões. O dissenso entre o *demos* e a *res pública* provoca uma “crise de racionalidade expressa no substrato de contradições em que se envolve a economia no capitalismo tardio,

no qual representa ao mesmo tempo a necessidade de socialização e conserva o imperativo da propriedade privada”, conclui Orozco (1995, p. 5), resultando na ingovernabilidade que reproduz uma não resposta do Estado aos imperativos que não estão na sua amplitude cumprir. Se os aspectos econômicos se situam no centro como forma de financiamento do poder de governar, as políticas sociais se situam à margem dessa amplitude normativa constrangendo o financiamento do poder de escolher.

O processo histórico reacende as disputas pelos fundos públicos materializados no orçamento. As burocracias estatais, em sociedades democráticas, têm como característica a manutenção do Estado por meio de carreiras bem definidas. Isso resolve, em parte, as questões de ocupação, tendo como um dos critérios a exclusão da competição eleitoral, e um dos meios para gerir a exclusão é a competição interburocrática na alocação dos recursos orçamentários, (SOUZA, 2008, p. 253), para atendimento do interesse geral, mas que nas linhas do orçamento público se transmutam em interesses particulares.

Com esse sentido, as próprias políticas públicas se alinham como produtos da política em benefício de interesses egoístas, como as políticas de transporte público e o enfrentamento pelo Estado desses mesmos interesses, uma vez que estão incrustados no interior do Estado como agentes financiados.

As discussões sobre políticas públicas têm a ver com duas premissas: a primeira

é a sua implicação nos gastos públicos, que nos países industrializados e naqueles em desenvolvimento assumiram um caráter legitimador da perspectiva política; a segunda, que os Estados sob as concepções *keynesianas* do pós-guerra incentivaram as políticas públicas, no entanto, a hegemonia dessas políticas foi substituída pela preocupação com os ajustes fiscais. Este novo enfoque precipitou a “adoção de orçamentos equilibrados entre receita e despesa e em restrições à intervenção do Estado na economia e nas políticas sociais”, explica Souza (2003, p. 11), o que exaure as possibilidades de *investimentos* em políticas públicas com impactos sociais duradouros.

Baseada nessa perspectiva, Souza (2003, p. 11-2) apresenta um terceiro argumento aplicado aos países em desenvolvimento, em especial aos países da América Latina. Estes países suportaram longas e recorrentes trajetórias inflacionárias, não conseguiram ajustar os desenhos de políticas públicas com capacidade de dar impulso ao desenvolvimento econômico e ainda promover a diminuição da desigualdade social com a promoção da inserção de parte da população à margem da participação na riqueza socialmente produzida.

Embora as políticas públicas não tenham, obviamente, capacidade para enfrentar sozinhas os desafios [...] referidos, seu desenho e regras, assim como seus mecanismos de gestão, contribuem para o enfrentamento ou o agravamento dos problemas para os quais a política pública é dirigida (SOUZA, 2003, p. 12).

Mas, o que vem a ser políticas públicas? Assim como o termo política, esse é um

conceito polissêmico e não podemos defini-las exatamente. O que existe são aproximações interessadas. Por exemplo, pode ser “a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos”, conforme salienta Peters (1986 apud SOUZA, 2003, p. 12-3).

Porém, as políticas públicas são produtos de origem política e por isso podem ser aquilo que os governantes escolhem fazer ou não fazer (DYE 1984 apud SOUZA, 2003, p. 12), apontando que a omissão em relação a um problema também seja uma forma de política pública. A irracionalidade do escolher fazer ou não fazer se destaca nas abordagens sobre a política pública, cujo enredo se dá pelos aspectos racionais e procedimentais da burocracia, retirando os apelos políticos para a solução do problema. De certo modo, ao despolitizar as políticas, as encarceraram na burocracia estatal, implicando nada fazer como política. Os problemas reais precisam de soluções reais, no entanto, os embates em torno de ideias e interesses particulares e de grupos implicam a continuidade da situação emblemática por décadas a fio, demorando como nação na subalternidade mundial.

As políticas públicas explicitam os antagonismos entre trabalho e capital, cujas forças estão implícitas na desigualdade das sociedades burguesas, que assumem para sua continuidade os aspectos da acumulação capitalista e a legitimação política. Acumulação, poupança a ser investida para gerar novos lucros com vista ao crescimento individual e coletivo, co-

mo pensava Adam Smith, e que para Marx (1988) era o resultado da exploração da força de trabalho pelos possuidores dos meios de produção e que a aplicam na reprodução do capital de forma ampliada. Pereira (2013a, p. 39) comenta que este processo de reprodução está relacionado à divisão do trabalho e à extração da mais-valia produzida pelo trabalhador, que é reconvertida em capital adicional, cujas reconversões continuadas produzem novos capitais adicionais implicando a interminável busca de lucro pelo capital. O mercado global, reino do capital financeiro, impõe à sua maneira esse processo.

O êxito desse mecanismo, considerado [...] a força motriz da acumulação capitalista, exige a criação de um exército de reserva que, mediante a sua concorrência com os trabalhadores ativos no mercado laboral, impedirá um equilíbrio entre o valor da força de trabalho e o valor do produto a ser realizado. Esse fato, aliado ao constante melhoramento da produção, graças à utilização de métodos e técnicas mais avançados e eficientes, provoca diretamente a piora das condições sociais dos trabalhadores (PEREIRA, 2013a, p. 39).

Portanto, a situação exposta por Pereira (2013a) implica o processo econômico de acumulação de capital, que encontra o apoio tácito dos governos sob leis que regulam as relações de trabalho e possibilitam a exploração. A concorrência entre trabalhadores, ora ativos ora na reserva empregatícia ou não empregatícia, deteriora as “condições sociais” dos trabalhadores nivelando sempre pelo menor valor ao utilizar o conceito de oferta e demanda por mão de obra. A decadência social, por

isso mesmo, é um subproduto da acumulação capitalista provocadora das desigualdades que pretende corrigir com as políticas públicas. Nesse sentido, “a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital” (MARX, 1996, p. 275).

No modelo capitalista, a elevação do salário do trabalhador tido como preço do trabalho está sempre retida nos estreitos limites dos fundamentos do sistema, o que assegura a sua reprodução em escala crescente e constante.

A lei da acumulação capitalista, mistificada em lei da Natureza, expressa, portanto, de fato apenas que sua natureza exclui todo decréscimo no grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que poderia ameaçar seriamente a reprodução continuada da relação capital e sua reprodução em escala sempre ampliada (MARX, 1996, p. 253).

A legitimação tem a ver com as questões políticas, pois o Estado capitalista, ao manter e criar as condições favoráveis ao processo de acumulação procura assegurar certa harmonia social e, para tanto, as políticas sociais podem contribuir com ações preventivas ou de controle de descontentamentos e rebeliões; no entanto, também são funcionais à acumulação quando investem em capacitação para o trabalho ou ativam compulsoriamente os demandantes das políticas assistenciais para o mercado laboral. Portanto, mais a ordem política é desejada quanto menor

for a legitimação política (PEREIRA, 2013a, p. 39).

Desse modo, a Política, ao propor políticas sociais, enseja ao capital a oportunidade de continuar o projeto de sociabilidade que esconde a oposição da usurpação nas relações econômicas e da coerção estatal que a acumulação entrega, ou melhor, devolve como novos pobres e miseráveis demandantes dos “benefícios” sociais. Aliás, “o Estado e a organização da sociedade não são, do ponto de vista político, duas coisas diferentes. O Estado é o ordenamento da sociedade”, assevera Marx (2010, p. 59) na sociabilização capitalista.

Na sua interpretação crítica, Pereira (2013a, p. 38) explica que os textos de Marx não discutem sobre a política social. Porém, a desigualdade social relaciona-se à aparição e manutenção de um proletariado indigente, que sob o influxo da exploração burguesa constitui-se como base de sustentação empírica do empreendimento teórico e político de Marx. Desse modo, não podemos afirmar que não existem em Marx contribuições que elucidem o movimento real da política social sob o capitalismo, uma vez que os fundamentos das análises sobre acumulação do capital e dominação do estado burguês estão no cerne da explicação do surgimento dessa política.

3 A política social como instrumento de legitimação

A política social é sempre uma política pública que tem origem na arena da legi-

timação. No entanto, uma política pública nem sempre será uma política social. Nesse aspecto, as políticas públicas são guindadas pelo lastro fiscal. Em outras palavras, é o poder decisório, o financiamento do poder de governar que avalia os interesses envolvidos nas disputas do orçamento público e adota a sua decisão, mesmo que seja do seu interesse particular, e no geral o é, o qual vincula ao interesse geral para legitimação da política.

Vinculadas ao orçamento fiscal, e nesse caso abstrai-se a questão técnica de seguridade social, as políticas sociais são as primeiras a receber cortes orçamentários, embora existam políticas que assumem tal dimensão e identidade social que se desgarram do criador, e a sua não efetividade pode resultar desafios políticos. Como exemplo, ao programa social Bolsa Família bastou um boato e resultou num imbróglio governamental de dimensão preocupante com o propósito de desqualificá-la como política pública (JUNGBLUT, 2013, p. 1).

Este caso concreto explicita a desigualdade social que está no âmago das contradições do mundo capitalista e somente no sentido de uma análise crítica dessas contradições é que se torna possível compreender a “[...] desigualdade como fato justificador da política social burguesa e a igualdade o seu parâmetro idealizado” (PEREIRA, 2013a, p. 38). Dizendo de outra forma, por estarmos na busca da igualdade concreta em todas as dimensões, mas, principalmente, nas dimensões econômica, política e social, cabe compreender que qualquer justificação do Estado

Social sob o capitalismo moderno, como interventor, reproduz a desigualdade. Isso se dá porque,

[...] ao criar condições para a cumulação e obtenção de consensos, institucionaliza conflitos associados à produção e ao aumento da desigualdade social. Com isso, o Estado social penetra, cada vez mais, em áreas que antes eram exclusivas da competência privada, criando, para efeitos da sua própria legitimação, situações contraditórias, a saber: se, por um lado, transforma essas novas áreas em importantes redutos de manejo político, por outro vê aumentada a pressão, inclusive da classe trabalhadora, sobre si, em busca de ganhos particulares (PEREIRA, 2013a, p. 39).

No entanto, o Estado moderno, de acordo com enfoque estratégico relacional, (JESSOP, 2007), parece oferecer instrumentos para compreensão da questão, da reflexão sobre as dinâmicas sociais, alianças de classe e conflitos no interior do sistema político em seu conjunto. O Estado e suas formas de intervenção não têm neutralidade, pois se constituem em campo de conflito onde se disputam os mais diferentes interesses em jogo. Desse modo,

[...] pode-se admitir que, se é verdade que o Estado tem grande poder de influência nos poderes sociais e econômicos, o Estado é também, por estes poderes, constantemente modificado. Assim, isto significa admitir que o resultado do jogo não está dado. Mesmo considerando que os espaços de participação, ora analisados, repousem no bojo de projeto “democrático-participativo”, há pela frente enorme campo de disputa a ser enfrentado até que este método de governar seja de fato incorporado no “modo de fazer e de ser” do Estado e de seu corpo administrativo (SILVA, 2009, p. 818).

Para um Estado sem neutralidade, como já vimos, a política social se transforma em importante instrumento de equilíbrio das forças comprometedoras da igualdade. Por isso mesmo, a desigualdade socialmente produzida ao ser naturalizada se transforma em produto, em mercadoria pelas vias da focalização, do não universalismo com a intenção de harmonizar os possíveis conflitos para reprodução das possibilidades de acumulação contínua.

4 As novas emergências de sociabilidade

Este parece ser um momento crucial do estágio de sociabilidade. As políticas públicas são atravessadas nos processos de governabilidade e assumem todas as possibilidades da política, no entanto, a insatisfação generaliza-se. Há um movimento geral de agressividade em relação aos políticos e suas formas de governar e ojeiza à política e sua indecisão.

“Por que estamos vendo tantas revoltas populares de rua nas democracias?” E estamos perguntando especificamente da Turquia e do Brasil, contudo pode-se aplicar ao Egito, Israel, Rússia, Chile, Venezuela, Ucrânia e aos Estados Unidos. “Os governos que são alvos dos protestos foram eleitos de modo livre e democrático. Com a urna disponível, por que a necessidade de recorrer às ruas?” (PILLAR, 2013, p. 1)⁹. Claro que essa questão carrega certa hipocrisia.

⁹ Tradução livre do original em inglês: “The governments being protested against were freely and democratically elected. With the ballot box available, why should there be recourse to the street? (PILLAR, 2013, p. 1).

A sociabilidade sob o capitalismo atual implica o reconhecimento de pelo menos três fenômenos: a ascensão e proliferação das democracias “majoritárias” não liberais, tais como a Rússia, Turquia e Egito, cujas manifestações contra os governos majoritários indicam que o povo reconhece que as eleições têm sido um passaporte para os eleitos fazerem o que bem entendem. Comportam-se de modo autoritário viabilizando a corrupção, sufocando a imprensa, ignorando a oposição, considerando a democracia restrita ao direito de votar, tornando irrelevantes os direitos gerais e mais especificamente os das minorias. Os manifestantes na Turquia, Rússia e Egito parecem ter tido em comum uma sensação poderosa de que estão sendo “roubados”; uma sensação de que pessoas em quem confiavam e foram eleitas estão despojando-as de algo mais que dinheiro, pois desqualificam a voz das pessoas e o direito de participação na governança e nada “[...] pode deixar um novo democrata, alguém que acabou de adquirir o direito de votar, mais furioso” (PILLAR, 2013, p. 1). Com a quebra de promessas resta às pessoas, desalojadas nos seus interesses mais justos, tomar as ruas como único espaço público disponível.

Um segundo aspecto é como os trabalhadores da classe média ‘inventada’ pelas estatísticas oficiais que, por questão de contradição de classe está sendo rejeitada pela ‘verdadeira’ classe média, estão sendo espremidos entre a redução do Estado de bem-estar social e um mercado de trabalho mais exigente. O modo burguês

ditado aos trabalhadores que se trabalharem arduamente, seguindo as regras, terão ascensão para a classe média como dimensão de consumo, o que não é percebido como verdadeiro na totalidade. Com a globalização e a tecnologização da vida, surge a percepção de que precisam trabalhar ainda mais e de modo mais inteligente, trazendo mais inovação em qualquer emprego que exerçam. Precisam ainda reformular-se com mais frequência, e só então poderão sentir-se na classe média, mas estar nessa classe é viver *estressado* e não é isso que se quer, que se aspira, não foi esse o contrato. Os representantes do povo perderam a capacidade de tomar decisões por meio da política e estão encurralados nos veículos blindados com medo do próprio povo. Há algo errado que não se pode localizar no imediato, alguma coisa parece estar fora dos eixos. No Brasil, o aumento de 20 centavos nas passagens de ônibus deu início aos protestos de massa, porque pareceu injusto, se contrapor os gastos de bilhões de reais para estádios para os Jogos Olímpicos e Copa do Mundo (PILLAR, 2013, p. 1).

Poucos líderes discutem as mudanças que estão ocorrendo com o seu povo, e as decisões são tomadas pelo alto, na maior intransparência possível, apesar do engodo da transparência. O povo quer participar para poder enfrentar os desafios que os novos tempos impõem. Os partidos como empresas públicas deixaram de ser caixas de ressonância da população, pois estão de olho apenas nos seus interesses, e as coalizões são feitas para defender as suas parcelas de ganhos em detrimento do que ocorre com a própria sociedade.

Os partidos do governo compraram acintosamente partidos de oposição e não há discussão sobre os diversos caminhos, mas de um único caminho, que não é o caminho como povo. Por isso, países como Turquia, Egito, Grécia, Brasil, Rússia, Peru, Tunísia, Venezuela e Ucrânia têm revelado uma oposição formal impotente para defender os interesses de uma sociabilidade diferente.

A China não é uma democracia. As rebeliões internas nas fábricas e as vozes da miséria e da exploração não conseguem mais ficar escondidas sob a formalidade estatal, materializando o provérbio chinês: *se não quer que ninguém saiba, não faça*. No Chile, os políticos estabeleceram uma Constituinte para reformar, ou melhor, refundar o sistema político, que em paralelo “[...] a su importante desarrollo económico y democrático, la mayoría se desinteresó de la política. Las ideologías que alineaban al país en bandos irreconciliables se difuminaron y entrecruzaron” (FRANZ, 2013, p. 1). Porém, continua o autor na sua crítica liberal: os chilenos esquecem que o êxito se explica pela estabilidade institucional e o gradualismo implementados nos últimos anos.

Nos Estados Unidos, de um lado temos o *Tea Party*, que nasce como um protesto contra os republicanos por fraquejarem em relação aos *déficits*, e o *Occupy Wall Street*, de outro, como um protesto contra os democratas por cederem demais aos banqueiros. Desse modo, o que se observa é que as autocracias estão menos sustentáveis, mais porosas e as democracias estão mais predominantes, porém, nunca

estiveram tão voláteis, e as ruas são os desaguiados das manifestações a respeito das mais diversas questões, com vozes independentes e antissistêmicas. As ruas são os únicos lugares ainda disponíveis para tentarem contar suas histórias, uma vez que ficamos “[...] prisioneiros pela opção da elite nacional, que praticamente abandonou a política do pleno emprego, da produção e do trabalho em nome da financeirização da riqueza” (POCHMANN, 2006, p.1).

Por terceiro, observamos que a proliferação de novas tecnologias como *smartphones*, *tablets*, Twitter, Facebook e *blogs* dão poder aos indivíduos lesados dispostos de formas não convencionais de participação e de exigência, impondo aos seus líderes que participem de conversas multidirecionais. As associações tradicionais se transformam em grupos virtuais, mas reais e contam com uma habilidade maior ao se unirem com outros que compartilham seus pontos de vista para realização de protestos rápidos (PILLAR, 2013, p. 1).

Portanto, novas emergências de sociabilidade exigem da política e dos políticos aquilo que Gray (2013) elabora como devendo ser dedicado à sua espécie como ela realmente é, e não como gostaria que fosse. Não cabe mais a jacobinos, bolcheviques e maoístas aterrorizarem a humanidade para refazê-la sob um novo modelo. O neoconservador trava uma guerra perpétua como um meio para a democracia universal, enquanto os cruzados liberais dos direitos humanos estão convencidos de que o mundo inteiro anseia tornar-se como eles imaginam que seja. Isso

inclui o sonho dos liberais que parecem nunca acordar das fantasias¹⁰, na linha dos românticos que acreditam que a individualidade humana está em toda parte reprimida (MERRY, 2013, p. 6)

A cidade de governo¹¹ identifica-se com uma cidade de espetáculos políticos, completa de burocratas que consideram que o seu trabalho seja criar distrações sobre os problemas mais graves do país. Os políticos preferem discutir “indícios” que se materializam em escândalos de passatempo, transformando fatos em mentiras e ainda em intermináveis processos de conspiração para minar os programas do provável oponente. Cada um quer encontrar maneiras para criar empregos ou elevar as esperanças sempre da próxima geração, (MIDDLE CLASS, 2013, p. 1), nunca desta, por que, caso ocorra, o encanto chega ao fim.

Conclusão

Nos últimos anos, sob um governo com vocação à esquerda, constata-se que os ricos enriqueceram mais e os pobres, em grande parte, saíram da pobreza extrema sob o influxo de políticas sociais, com participação no consumo, enfim, todos

¹⁰ As he sums up, “Allowing the majority of humankind to imagine they are flying fish even as they pass their lives under the waves, liberal civilization rests on a dream.” Em tradução livre: Resumindo: “Permitir que a maioria da humanidade imagine que eles estão voando como um peixe; na medida em que passam suas vidas sob as ondas, a civilização liberal baseia-se em um sonho” (MIDDLE CLASS, 2013, p. 1).

¹¹ Referimo-nos à Brasília (DF), enquanto no texto original refere-se à cidade de Washington (NY).

ganharam sob o ponto de vista do que está posto. De certo modo, ocorreu distribuição de renda favorecendo os mais pobres e propiciando uma redistribuição econômica rarefazendo desigualdades. Em partes, pois, por meio dos impostos o governo sacrifica a classe média, extraindo e repassando para quem não tem, na maioria das vezes, o mínimo necessário. Contudo, as grandes fortunas continuaram protegidas de transferências para a propriedade social, e de modo prático, a classe média empobreceu, mesmo tendo aumentado sob os auspícios das estatísticas oficiais.

Vimos que no campo de investigação da Ciência Política, a análise dos estilos políticos implica reconhecer as consequências das democracias delegativas com as nuances de regimes neopatrimonialistas, sob o espectro de modernidades múltiplas. Disso resulta na existência de instituições democráticas frágeis protegidas por comportamentos político-administrativos modernos e tradicionais, em cujo perfil parece que nos encaixamos. As teorias e tipologias sobre as democracias existentes referem-se a democracias representativas, tal como as praticadas nos países capitalistas tidos como desenvolvidos. Porém, algumas democracias como Argentina, Brasil, Peru, Equador e Bolívia, e Filipinas, Coreia do Sul e Polônia, que se situam como democráticas, mas não parecem ser representativas porque apresentam um rol de características que podem ser chamadas de democracias delegativas.

Estas democracias não são consolidadas ou institucionalizadas, mesmo sendo du-

radouras. Embora não se vislumbrem ameaças iminentes de regressão autoritária aberta, também não se notam avanços em direção a uma representatividade institucionalizada em que as necessidades da sociedade encontrem eco na classe política e possam, como força efetiva para a realização material, solucionar os problemas sociais, em constantes superávits de cidadania.

A estadania como qualificação dos burocratas com superávit de cidadania exerce influência sobre os processos no interior do Estado, ou seja, a institucionalização do poder político se arranja alocando os burocratas que são submetidos ao poder político e não o inverso, embora demonstrem pelas resistências veladas o seu poder de ocasião. A questão econômica e social em suas intrincadas determinações pelo próprio processo histórico influenciaram as relações políticas e complementam lacunas de poder, surgindo intensas lutas no seio da burocracia estatal pelo poderio e interesses de governar o Estado. Submetem todos os interesses aos próprios interesses, sejam dos políticos ou da burocracia como grupo inserido.

As políticas públicas explicitam os antagonismos dessas forças, em especial entre trabalho e capital, que apontam para a implícita desigualdade das sociedades ditas burguesas, que assumem para sua continuidade os aspectos da acumulação capitalista e todos os artifícios para a legitimação política. A acumulação como poupança a ser investida para gerar novos lucros com vista ao crescimento individual e coletivo produz desigualdade, e

o *plus*, isto é, o diferencial entre o valor de troca e o valor resulta sempre da exploração da força de trabalho pelos possuidores dos meios de produção para aplicar na reprodução do capital de forma ampliada. Este processo de reprodução se relaciona com a divisão do trabalho e à extração da mais-valia produzida pelo trabalhador, reconvertida em capital adicional, que continuam a produzir capitais adicionais implicando a interminável busca de lucro pelo capital, ou seja, o preço do trabalho está sempre sob os limites que o capital impõe, sempre subordinado à vontade alheia, do outro, *estranhado*.

A cobertura dos déficits de cidadania depende das políticas sociais, que vinculadas ao orçamento fiscal serão sempre as primeiras políticas a sofrer cortes orçamentários, embora existam políticas que assumam tal dimensão e identidade social que se desgarram do criador, e a sua não efetividade pode resultar em desafios para a descontinuidade: como exemplo, o programa social Bolsa Família, em que o boato resultou num problema governamental desqualificador da política pública. Este caso concreto explicitou a desigualdade cultural e social que está no âmago das contradições do mundo capitalista. Somente no sentido de uma análise crítica dos antagonismos é que se torna possível compreender a desigualdade como fator que justifica a política social viabilizada sob o molde burguês de igualdade formal, idealizada.

Nossa cultura de favores e gosto pelos privilégios, nosso apego à burocracia e os apupos aos poderosos e ricos parecem

produzir o retraimento da responsabilidade pessoal, tão ao gosto burguês, com atribuição de culpa aos outros, em especial aos governantes e às coletividades, quase que desobrigando o cidadão de cumprir com sua parte, de sentir-se integrado na totalidade, comprometido. De todo modo, a “opinião pública” e a “opinião nacional” estão se chocando, pois a ampliação da democracia e da liberdade de informação encontra resistência nas insuficiências da República. A percepção geral de inadequação das instituições amplia-se com a sua desmoralização, que se agrava por episódios de corrupção, produzindo uma conjuntura em que *demos* e *res publica* se desencontram requalificando no Brasil, como em outros países, a crise da democracia representativa¹².

Poucos líderes se deram conta de discutir as mudanças que estão ocorrendo com o seu povo, e as decisões são todas pelo alto, mesmo com o povo propondo a participação, sugerindo a dialógica para enfrentar os desafios que os novos tempos impõem. Os partidos deixaram de ser caixas de ressonância, pois vislumbram apenas os seus interesses pessoais tidos como partidários, e as coalizões defendem as suas parcelas cada vez maiores de ganhos em detrimento do empobrecimento coletivo. Os partidos do governo cooptam partidos de oposição, e a discussão sobre as diferentes posições e diversidade de caminhos deixa de existir no campo da

práxis como dialética da sociedade. Discutem outros caminhos isolando o povo para a margem, para a periferia sigilosa da cidadania, num processo de democracia sem povo.

A movimentação das ruas como massa gelatinosa nas democracias sem representações reais, expressando as periferias do silêncio e se mostrando de cara limpa, mesmo estando coberta, retoma o seu protagonismo diante dos governantes e da Política: afinal, a Política tem a ver com essa mesma periferia sigilosa que está tentando dizer nas mensagens sem pauta que existe uma sociabilidade negada¹³. Uma das mensagens é que a aliança entre ideologias de esquerda sindicalista e oligarquias de direita disputando entre si a riqueza social impõe a miséria de conceitos. E o povo como único lugar, por isso mesmo, ainda possui as ruas das grandes *cities* como caminhos para estabelecer, em partes, diálogos sobre as contradições de classe.

Referências

ARAÚJO, V. C. **Estado e reforma:** reflexões sobre a experiência da reforma do estado de Mato Grosso. Cuiabá: Tanta Tinta, 2005.

AZAMBUJA, D. **Introdução à Ciência Política.** 2 ed. São Paulo: Globo, 2008.

CARVALHO, J. M. **Os bestializados:** o Rio de Janeiro e a República que não foi.

¹² Fernando Henrique Cardoso, no seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras (ABL), no dia 10 set. 2013, ataca de forma contundente os mesmos pressupostos deste artigo. Ver Pereira (2013b).

¹³ Ver nota de rodapé 5.

3. ed., 18. reimp. São Paulo: Cia das Letras, 1987. p. 42-90.

CASTELLS, M. Manuel Castells: "O povo não vai se cansar de protestar". Entrevista concedida a Mauricio Meireles. **Jornal O Globo**, [online], 29 jun. 2013. Disponível em: <<http://glo.bo/13ht21V>>. Acesso em: 3 jul. 2013.

CONGRESSO NACIONAL DA CNTE, 3. 2008, Brasília, DF. **Caderno de resoluções**. Brasília: CNTE, 2008. 55p., p. 15.

EISENSTADT, S. N. Modernidades múltiplas. **Revista Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 35, p. 139-163, abr. 2001. Disponível em: <<http://goo.gl/8YvJK>>. Acesso em: 21 jul. 2013.

FANINI, A. M. R. O trabalho como fonte de sociabilidade, subjetividade e identidade na obra *Eles eram muitos cavalos* de Luiz Ruffato. **IPOTESI**, Juiz de Fora, MG, v.16, n.1, p. 47-54, jan./jun. 2012.

FRANZ, C. ¿Chile: Reformar o Refundar? **Jornal El País** [online], 25 jul. 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/7M0YgV>>. Acesso em: 25 jul. 2013.

FREY, K. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de Políticas Públicas no Brasil: Segundo Capítulo Tese de Doutorado, 1997. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, p. 211-59, 2000. Disponível em: <<http://goo.gl/cYw0j>>. Acesso em: 13 jul. 2013.

GRANJA, S. I. B. Governança e Governabilidade da Água: assertividade e contradições. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 4., 2008, Brasília, DF. Disponível em: <<http://goo.gl/z9FgC>>. Acesso em: 13 jul. 2013.

GRAY, J. **The silence of animals: on progress and other modern myths**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2013. 288 p.

HABERMAS, J. Três modelos normativos de democracia. **Lua Nova**, São Paulo, n. 36, p. 39-53, 1995. Disponível em: <<http://goo.gl/15Z7ns>>. Acesso em: 27 jul. 2013.

JESSOP, B. Estratégias de acumulação, formas estatais e projetos hegemônicos. **Revista Ideias**, Campinas, ano 14, 2007.

JUNGBLUT, C. Investigação de boato sobre Bolsa Família é arquivada. **Jornal O Globo** [online]. 21 jul. 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/eIbWvc>>. Acesso em: 24 jul. 2013.

MARX, K. **O Capital: a crítica da economia política**. Trad. Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. 1. (Os Economistas).

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Trad. Régis Barbosa, Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 2, livro I, tomo 2. (Os Economistas).

MARX, K. **Glosas Críticas Marginais ao Artigo "O Rei da Prússia e a Reforma Social"**: de um prussiano. Trad. de Ivo

Tonet. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 3. ed. Trad. de Frank Muller. São Paulo: Martin Claret, 2005. [impr. 2008].

MERRY, R. W. The fallacy of human freedom. **The National Interest**, 25 jun. 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/rzEsLs>>. Acesso em: 24 jul. 2013.

MÉSZÁROS, I. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** Trad. de Paulo Cezar Castanheira. 1 ed. reimp. São Paulo: Boitempo, 2012.

MIDDLE CLASS at Center Stage. **The New York Times**, New York, 24 jul. 2013. The Opinion Page. Disponível em: <<http://goo.gl/rR8uOr>>. Acesso em: 25 jul. 2013.

O'DONNELL, G. Democracia delegativa? **Revista Novos Estudos**, São Paulo, n. 31, out. 1991. Disponível em: <<http://goo.gl/7TFJpP>> Acesso em: 21 jul. 2013.

OROZCO, O. G. Ingovernabilidad: disfunción y quebranto estructural. **Revista Del CLAD Reforma Y Democracia**, Caracas, n. 3, p. 5, enero 1995. Disponível em: <<http://goo.gl/awfjM>>. Acesso em: 8 abr. 2013.

PEREIRA, P. A. P. O sentido de igualdade e bem-estar em Marx. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 37-56, jan./jun. 2013a.

PEREIRA, M. Reinventar a democracia. **Jornal o Globo**, [online], 11 set. 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/WnxAn>>. Acesso em: 11 set. 2013b.

PILLAR, P. R. Revolts in democracies. **The National Interest** [online], 20 jun. 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/yrnqSj>> Acesso em: 24 jul. 2013.

POCHMANN, Márcio. O País é prisioneiro da elite nacional. Entrevistador: Igor Felipe Santos. **Revista Sem Terra**, n. 34, jan./fev. 2006. Disponível em: <<http://goo.gl/YjHOvq>>. Acesso em: 27 jul. 2013.

ROCHA, B. L. Crise de legitimidade e referendo revogatório. **Caderno de Política**, 31 jul. 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/b3H6t4>>. Acesso em: 1 ago. 2013.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. Atualizado por Nagib Slaibi e Gláucia Carvalho. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

SILVA, E. R. A. Avanços e desafios da participação social na esfera pública federal brasileira. In: BRASIL em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2009. 3v., p. 798-825. – (Brasil: o estado de uma nação).

SOUZA, C. Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.

Disponível em: <<http://goo.gl/veU9S>>.

Acesso em: 17 jul. 2013.

SOUZA, R. L. Santos de. **Ciência Política:** decisões, escolhas, instituições. Brasília-DF: Vestcon, 2008.

WOOD, E. M. **Democracia contra Capitalismo:** a renovação do materialismo histórico. Trad. de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2011.